

Quinta-feira, 6 de Abril de 2006 - Estrasburgo

Trabalhos da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em 2005 (debate)

Ana Maria Gomes (PSE). - Antes de mais, queria cumprimentar o colega Thierry Cornillet pelo seu relatório e a nossa Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE pela seriedade e pelo empenho na condução dos trabalhos desta assembleia.

Gostaria, antes de mais, de chamar a atenção para as conclusões do Fórum das Mulheres que se realizou à margem da Assembleia durante a última sessão em Edimburgo, no mês de Novembro. A discussão incidiu sobre o tema do tráfico de mulheres e raparigas de países em desenvolvimento e das partes mais pobres da Europa para as zonas mais ricas da Europa Ocidental. Contam-se entre 600 000 e 800 000 as mulheres e raparigas que são traficadas todos os anos através das fronteiras internacionais, o que corresponde a mais do que toda a população de países ACP, como o Cabo Verde, o Djibouti ou as Ilhas Comores.

O Fórum das Mulheres estabeleceu a ponte entre os países de origem e os países de destino. A discussão foi acesa e houve uma grande participação das colegas dos países ACP. Nas conclusões finais as participantes apelaram a que a Assembleia Parlamentar Paritária elabore um relatório a fim de identificar as medidas necessárias para combater este flagelo em todos os países signatários do ACP (europeus, africanos e caribenhos).

Importa notar que o Fórum foi organizado à margem da Assembleia Parlamentar Paritária e que não há recursos disponíveis para o organizar. Por isso apelo aos serviços do Parlamento e à Conferência dos Presidentes para que considerem a mobilização de fundos para uma organização tão útil e orientada para resultados. Em termos mais gerais, no ano passado, a Assembleia Parlamentar Paritária discutiu a situação em Darfur e na África Ocidental, mas não abordou as situações de perversão do Estado de direito, do processo eleitoral e de violações graves dos direitos humanos que ocorreram em países de particular importância estratégica e simbólica, como, por exemplo, na Etiópia, sede da União Africana.

Entretanto, registaram-se importantes desenvolvimentos para combater a impunidade em África com a prisão e a entrega à justiça do ditador Charles Taylor. É preciso que outros ditadores, como Hissène Habré ou Mengistu, anterior ditador da Etiópia, albergados em países ACP, como o Zimbabué e o Senegal, sejam também entregues à justiça. Também nestes casos a Assembleia pode desempenhar um papel importante no sentido de se pôr termo à impunidade em África.

Nesta matéria, devo dizer que seria importante que as discussões fossem mais verdadeiras. Por vezes há países ACP que agem mais como embaixadores dos seus governos e menos como críticos da situação nos seus países. Penso que nós, deputados europeus, temos o dever de encontrar formas de apoiar melhor os nossos colegas dos países ACP que estão determinados a dizer a verdade e de os estimular no exercício do controlo e da pressão para assegurar uma mudança nos seus países e garantir uma melhor governação.